

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.342.501 - RS (2018/0200505-5)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
ADVOGADO : GERALDO NOGUEIRA DA GAMA - RS005951
ADVOGADA : CLARISSE MARIA ALVES BASTOS E OUTRO(S) - RS055166
AGRAVADO : CONSULFAC ADMINISTRADORA E PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA
ADVOGADOS : LAURA AGRIFOGLIO VIANNA - RS018668
LÚCIO ROCA BRAGANÇA - RS051777
MIGUEL VIANNA ZEREU - RS089843
LEONARDO BORDA LIMA - RS088164
LEO LIMA E OUTRO(S) - RS006152
INTERES. : ASSOC DOS PROFISSIONAIS LIB.UNIV.DO BRASIL-APLUB
ADVOGADOS : PRISCILLA DINECK DA SILVA - RS105933
CAROLINA RAMIRES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RS107034

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 983/994, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 795-808, e-STJ):

Apelação cível. Ação de indenização. Ilegitimidade ativa. Honorários advocatícios.

Caracterizada a lide mediante a identificação das partes negociantes e os interesses litigiosos, pretendidos e contestados, justifica-se a legitimidade da parte demandante e apelante, em consequência do que se reforma a sentença para que o procedimento processual prossiga como de direito.

Resulta prejudicada a questão da redução dos honorários arbitrados na sentença pela extinção do processo, um dos objetos da apelação, porque o processo prosseguirá.

Opostos embargos de declaração (fls. 813-816, e-STJ), esses foram rejeitados (fls. 838-851, e-STJ).

Nas razões do recurso especial (fls. 921-931, e-STJ), a recorrente aponta violação aos artigos 1022 e 489 do CPC/2015; 17, 330, II, 485, VI, e 1.013, § 1º, do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que: a) o Tribunal local omitiu-se em relação a temas relevantes para o julgamento da lide, suscitados em embargos declaratórios; b) a autora não é parte legítima, uma vez que o termo acostado aos autos não possuiria validade como negócio jurídico; c) o aresto impugnado, ao reformar a sentença, ultrapassou os limites da matéria arguida nas razões recursais.

Contrarrazões às fls. 956-963, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 973-980, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os fundamentos de que: a) o Tribunal de origem apreciou todas

as questões relevantes para o julgamento da demanda; e b) aplicar-se-iam ao caso os enunciados nº 5 e 7 da Súmula do STJ.

Irresignada, aduz a agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que: a) o acórdão, de fato, não apreciou a questão pertinente à supressão de instância, bem como sobre a nulidade de termo de cessão de direitos e outras avenças; b) o exame pretensão não demanda reanálise da matéria de fato.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Inicialmente, pontua-se que, consoante a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional.

Salienta-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que, em sua decisão, discorra sobre todas as questões fundamentais para a correta solução da controvérsia.

No caso em tela, verifica-se que o Tribunal de origem, de modo expreso e fundamentado, assentou a legitimidade ativa da ora recorrida para figurar na lide. Assim, cassou a sentença de primeiro grau responsável pela extinção do feito sem resolução do mérito, e determinou o retorno dos autos à origem, ante a necessidade de dilação probatória para a solução da controvérsia (fls. 805-807, e-STJ):

Quando se trata de contratos de seguros, há quatro grupos:

a) aquele considerado como ramos elementares (seguro para automóveis, incêndios, roubo, lucros cessantes, principalmente); b) seguros de vida (sejam individuais e coletivos); c) previdência privada (para aposentadoria); d) capitalização (de que são exemplos populares os planos do Silvio Santos e da Tele Sena).

O litígio entre as partes dá-se no âmbito do grupo ou do ramo do seguro de vida coletivo, âmbito em que negociaram e desentenderam-se.

Assim, a demandante CONSULFAC negociou com a APLUB, com anuência da PREVISUL e tendo por objeto a PREVISUL, no âmbito de quem se deu o prejuízo segundo a sentença e vem a ser o fator determinante da ilegitimidade ativa da demandante.

Esta triangulação é inequívoca para resolver a questão da legitimidade. Quem tem ou não razão não está em discussão nos limites da apelação e das contrarrazões, que se limitam ou objetivam na ilegitimidade reconhecida na sentença, para superá-la ou reafirmá-la.

A pretensão e também a defesa têm apoio no denominado instrumento particular de promessa de venda e compra de ações de sociedade anônima e outras avenças (fls. 29 e seguintes).

Por meio deste contrato, a demandada APLUB, detentora de 99,9154% do capital da PREVISUL e principal parceira da PREVISUL, com a anuência da PREVISUL, prometeu vender a totalidade das ações do capital social, que a CONSULFAC prometeu comprar e pagou mediante prestações mensais por cinco anos.

É preciso compreender as verdadeiras circunstâncias do negócio jurídico.

A PREVISUL é seguradora e detém em carteira enorme volume de seguros de vida coletivos, como demonstra a cifra do negócio entre as partes. A APLUB detém o capital da sociedade e a qualidade de estipulante dos seguros. Como estipulante recebe comissão ou pro labore pelos seguros ou apólices (como costuma ocorrer no mercado e consta na petição inicial - fl.

3, meio, pondere-se sobre comissões de 10% do valor da apólice que se estendem por muitos anos).

Este é o núcleo do negócio entre as partes que, expresso na aquisição do capital, realiza-se e substancia-se na comissão ou pro labore sobre o volume dos seguros, que, no mercado, atingem cifras milionárias.

Distingue-se ainda a figura da corretora de seguros, cuja comissão varia de 10% a 30%.

Ajustado que a demandante pagaria o preço da promessa de compra e venda das ações, como pagou e é inequívoco, e depois da autorização da SUSEPE, a demandada APLUB deixou de repassar os prêmios e transferiu as apólices à CAPEMISA, a segunda demandada.

Coincidentemente, depois de receber o preço, promoveu a transferência das apólices a outrem. No mercado de seguros, corresponde à gíria intitulada passativa, um toma ou transfere o que é do outro.

Foi o que a APLUB e a CAPEMISA fizeram, lesando a CONSULFAC, que é quem sofre o prejuízo.

Está, pois, demonstrada a legitimidade da CONSULFAC diante do prejuízo que se indicia e que o prosseguimento do processo provará, ou não, conforme as provas que as partes tiverem da pretensão e da defesa.

Trata-se também de interesse patrimonial disponível, de tal modo que, além do prejuízo que a demonstra, a legitimidade está reforçada com o denominado termo de cessão de direitos e outras avenças de 18 de fevereiro de 2016 (fls. 501 e 502), feito pela PREVISUL a CONSULFAC.

Não importa que se tenha dado depois do ajuizamento da ação. Fosse exigido, admitiria suprimento. Corresponde a um argumento de reforço para tornar inequívoca a legitimidade da parte demandante.

Reunindo as considerações, caracterizada a lide mediante a identificação das partes negociantes e os interesses litigiosos, pretendidos e contestados, justifica-se a legitimidade da parte demandante e apelante, em consequência do que se reforma a sentença para que o procedimento processual prossiga como de direito.

Resulta prejudicada a questão da redução dos honorários arbitrados na sentença pela extinção do processo, um dos objetos da apelação, porque o processo prosseguirá.

Em conclusão, voto pelo provimento da apelação, reconheço a legitimidade da demandante, reformo a sentença para que se prossiga como de direito, sendo impossível julgar a pretensão e a defesa sem o aperfeiçoamento da prova, salvo composição entre as partes.

Nota-se, portanto, que as alegações vertidas pela insurgente não denotam omissões, contradições ou obscuridades do aresto impugnado, mas tão somente traduzem seu inconformismo em relação ao acolhimento da tese jurídica defendida pela parte adversa.

Assim, não há se falar em violação ao art. 1022 do CPC/2015 na espécie, uma vez que a Corte local, de modo satisfativo e sólido, apreciou todos os pontos necessários para o julgamento do caso.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 489, § 1º, DO CPC/2015 E AO ART. 93, IX, DA CF/88. DECISÃO MONOCRÁTICA - ORA AGRAVADA - DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE

VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. ACÓRDÃO ESTADUAL QUE EXAMINOU OS PONTOS ESSENCIAIS AO DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTS. 139, I, E 373, II, DO CPC/2015 E ART. 324 DO CÓDIGO CIVIL. PRETENSÃO DE REDISCUTIR MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Os vícios a que se refere o art. 1.022 do CPC/2015 - art. 535 do CPC/73 - são aqueles que recaem sobre ponto que deveria ter sido decidido e não o foi, e não sobre os argumentos utilizados pelas partes, de modo que não há falar em omissão simplesmente pelo fato de as alegações deduzidas não terem sido acolhidas pelo órgão julgador. Na espécie, deve ser rejeitada a violação ao art. 1.022 do CPC/2015, pois não existem vícios no v. acórdão estadual, que examinou os pontos essenciais ao desate da lide.

(...)

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1015125/AC, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 24/04/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS DECORRENTE DE ACORDO JUDICIAL INADIMPLIDO. 1.

NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NÃO CONFIGURADAS. 2. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. 3. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ART. 20, §§ 3º E 4º, DO CPC/1973. CRITÉRIO DE EQUIDADE. REVISÃO OBSTADA PELA SÚMULA 7/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não ficou caracterizada a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1254843/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 01/06/2018)

2. No que toca à aventada afronta aos artigos 17, 330, II, 485, VI, do CPC/2015, melhor razão não assiste à insurgente.

Com efeito, conforme se depreende do trecho do acórdão recorrido transcrito no tópico anterior, o Tribunal local, à luz das particularidades que permeiam o intrincado ajuste negocial existente entre as partes, concluiu que a ora recorrida tem legitimidade para figurar no polo ativo da lide.

Nesse cenário, tem-se que a apreciação do pleito recursal demandaria que a premissa acima disposta fosse derruída. Para tanto, todavia, revelar-se-ia necessário revolver matéria fático-probatória, providência vedada pelas Súmulas 05/STJ e 07/STJ. Precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - EXECUÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS AGRAVANTES/EXECUTADOS.

1. A Corte de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos e das cláusulas do contrato de cessão de crédito, concluiu pela legitimidade ativa do exequente. A alteração de tal conclusão demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos e o reexame das cláusulas contratuais do ajuste referido, o que encontra vedação nas Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

(...)

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1330913/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 19/06/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. SEGURO HABITACIONAL. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. DISSÍDIO PREJUDICADO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(...)

2. A revisão da conclusão estadual - acerca da legitimidade ativa dos segurados para o ajuizamento da presente demanda e a não ocorrência da prescrição - demandaria a interpretação de cláusulas contratuais e o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providências inviáveis na via estreita do recurso especial, ante os óbices dispostos nas Súmulas 5 e 7/STJ.

(...)

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 999.595/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 27/03/2018)

Nesse sentido, inviável a admissão do apelo nobre em relação à presente questão.

3. Por fim, refuta-se a aventada ofensa ao art. 1.013, § 1º, do CPC/2015.

No ponto, defende a insurgente que o acórdão recorrido julgou além dos limites da impugnação, ao tratar de questões que demandariam instrução probatória para sua resolução em definitivo (fls. 929-930, e-STJ):

Observa-se que o Acórdão embargado, ao reformar a sentença de extinção, ultrapassou os limites da matéria arguida nas razões recursais e julgada em 1º grau, ou seja, tão somente a legitimidade ativa da empresa autora - CONSULFAC.

O art. 1.013, § 1º do CPC é claro:

(...)

O eminente Relator fez constar no seu voto, ao resumir os acontecimentos do feito:

"A apelação tem a finalidade do reconhecimento da legitimidade dita ativa ou da redução dos honorários advocatícios (fls. 666 e 684)." (Fl. 4 do acórdão que julgou o apelo).

E, ao julgar o mérito do recurso, reiterou:

"Quem tem ou não razão não está em discussão nos limites da apelação e das contrarrazões, que se limitam ou objetivam na ilegitimidade reconhecida na sentença, para superá-la ou reafirmá-la." (Fl. 15 do apelo, com grifo nosso).

Ou seja, restou delimitado o objeto do recurso e, da mesma forma, a matéria a ser devolvida à Corte Recursal.

Contudo, no voto do Relator, a matéria analisada foi além daquela posta em sede de apelo, posto que proferido julgamento que foi nitidamente ultra petita.

Vejamos a parte do voto que demonstra o alegado:

"Coincidentemente, depois de receber o preço, promoveu a transferência das apólices a outrem. No mercado de seguros, corresponde à gíria intitulada passativa, um toma ou transfere o que é do outro.

Foi o que a APLUB e a CAPEMISA fizeram, lesando a CONSULFAC, que é quem sofre o prejuízo." (grifo nosso)

Depreende-se que o Desembargador emitiu juízo de valor, adentrando na análise do mérito ao se pronunciar acerca do negócio (inclusive, utilizando-se de jargão que sequer foi trazido aos autos pelas partes) e, muito mais grave, deixando consignado verdadeiro veredito ao referir que uma das partes foi lesada e sofreu prejuízo.

O mérito da ação não foi apreciado pelo magistrado singular, não podendo o Tribunal ad quem suprimir um grau de jurisdição manifestando acerca de fatos que não foram sequer objeto de dilação probatória, mostrando-se favorável a procedência do pedido.

Restou ferido o princípio da devolutividade dos recursos (tantum devolutum quantum appellatum).

Contudo, conforme já pontuado já pontuado na presente decisão, verifica-se que, distintamente do defendido pela insurgente, o Tribunal local, após fixar a legitimidade ativa da autora, determinou o retorno dos autos à origem, diante da necessidade de dilação probatória.

Nota-se, portanto, que as razões expostas pela recorrente não são capazes, sequer em tese, de infirmar o entendimento disposto no aresto recorrido, a atrair a incidência ao caso das Súmulas 283/STF e 284/STF:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA REQUERIDA

1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à míngua de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535

do Código de Processo Civil de 1973.

2. A ação anulação do contrato de promessa de compra e venda por abusividade de cláusula tem natureza pessoal, de modo que, para avenças firmadas na vigência do Código Civil de 1916, aplica-se o prazo prescricional vintenário. Precedentes. 2.1. O prazo previsto no Art. 178, § 5º, V, do CC/16 diz respeito à anulação do negócio jurídico por vícios de consentimento, sociais e, ainda, por incapacidade da parte, hipóteses diversas do caso presente.

3. A insuficiência das razões recursais e subsistência de fundamento inatacado, apto a manter o acórdão recorrido impõe a inadmissão do recurso especial. Incidência, por analogia, das Súmulas 283/STF e 284/STF.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no Ag 1376791/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 30/10/2018) (AgInt no AgRg no REsp 1153050/AC, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 04/12/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. OBRA. ENTREGA. ATRASO. CLÁUSULA DE TOLERÂNCIA. VALIDADE. TAXAS CONDOMINIAIS. DANOS MORAIS E MATERIAIS. MULTA CONTRATUAL. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ. SÚMULA Nº 83/STJ. FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA Nº 283/STF. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA Nº 284/STF.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). 2. A reforma do julgado demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.

3. Estando o acórdão recorrido em consonância com a jurisprudência pacífica desta Corte, tem incidência a Súmula nº 83/STJ, aplicável por ambas as alíneas autorizadoras.

4. Não se admite recurso especial quando a decisão recorrida assenta-se em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles. Inteligência da Súmula nº 283/STF.

5. É inadmissível o recurso especial quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia posta. Incidência da Súmula nº 284/STF, por analogia. 6. O mero inconformismo com a decisão agravada não enseja a necessária imposição da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 quando não configurada a manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso por decisão unânime do colegiado.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 900.282/AM, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 12/04/2018)

Assim, também em relação à presente questão, não deve ser admitido o recurso especial.

4. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

